

Memorias, ¿para qué?

II Seminario Internacional Memorias Políticas en
Perspectiva Latinoamericana

Coordinadora: **Eliana Lacombe**

Autores:

Eliana Lacombe
Melisa Paiaro
Mariel Slavin
Ludmila da Silva Catela
Javier Lifschitz
Sandra Arenas Grisales
Vera Vital Brasil
Marta Giraldo
Cristiana Corsini
Mariana Carneiro de Barros
Graciela Tedesco
Carolina Dardi
Lícia Gómes
Antonella Rodríguez Monje
Lucía Ríos
Meynardo Rocha de Carvalho
Guido Negruzzi
María Elena Otero
Raïssa de Góes



MEMORIAS, ¿PARA QUÉ?

Memorias ¿para qué? II Seminario Internacional Memorias Políticas en Perspectiva
Latinoamericana / Eliana Lacombe ... [et al.] ; coordinación general de Eliana Lacombe

1ª ed. compendiada. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.
Facultad de Filosofía y Humanidades, 2020.
Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online
ISBN 978-950-33-1581-1

1. Antropología. 2. Estudios Culturales. 3. Política. I. Lacombe, Eliana, coord.

CDD 301.01

Comité editorial: Eliana Lacombe, Mariel Slavin, Melisa Paiaro, Itatí Pedro.

ALTERIDADE, DEMOCRACIA E PODER: MEMÓRIAS DO IMPEACHMENT DO PREFEITO GAY DE MACAÉ¹

Meynardo Rocha de Carvalho²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Refletir sobre a democracia grega e a condição primordial de alteridade torna-se um parâmetro interessante para se pensar o caso do impeachment sofrido por Eduardo Serrano, prefeito do município de Macaé (região norte do Estado do Rio de Janeiro), depois de vencer um acirrado processo de disputa eleitoral no ano de 1959.

Acusado de incapacidade mental e administrativa através de laudo médico e uma trama elaborada por seus inimigos políticos, Serrano renunciaria ao cargo em setembro de 1960, tendo permanecido, em meio às grandes perseguições pessoais, por apenas um ano e seis meses à frente do executivo municipal. Dava mostras de que, embora o contexto democrático de sua eleição, e a suposta condição paritária do eleitor, o candidato que vencera o pleito com maior quantidade de votos do que a de seus quatro concorrentes, não teria espaço de continuidade. A ousadia de representar no mais alto cargo municipal os interesses da periferia e a promessa de esperança aos sofredores e oprimidos, lhe levaria à cassação. Já que a governabilidade na democracia brasileira não pertence paritariamente aos eleitores, mas aos donos do poder municipal, arraigados à tradição e ao controle do modelo político vigente.³

1 Cidade ao Norte do Estado do Rio de Janeiro, de longa tradição ferroviária ao longo do século XX, com ampla participação desses trabalhadores no movimento operário e político. A partir de final dos anos 1970 tornou-se, gradativamente, a maior produtora de petróleo no país, constituindo-se a principal cidade da Bacia de Campos, sede regional da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.

2 Doutorando no Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – Brasil - E-mail: meynardo@gmail.com

3 Embora a alusão clara ao clássico livro de Raymundo Faoro, sobre a patrimonialização do Estado Brasileiro, minha intenção aqui é referendar o processo de continuidade de poderes que se produzem e perpetuam, sem revezamento, em grupos sociais ao longo da história do país. Para melhor compreensão. (Faoro, 2001).

Considerando inúmeros parâmetros, a democracia ateniense e a democracia brasileira dos anos 1950, naturalmente, são muito diversas. No entanto, nos interessa aqui refletirmos a partir da primeira, atentando especialmente para as diferenças no sentido de inclusão e exclusão do outro, como alteridade e divergência, desconhecimento e dominação (Constant, 2008).

Entre os elementos fundamentais para compreensão das disparidades existentes entre ambas, estava a concepção da sociedade grega para o sentido de cidadania, que diferente do entendimento moderno, trazia em si a exclusão da participação feminina pela inferioridade natural, a marginalização política dos escravos, e de todos aqueles que não compartilhavam os costumes de Atenas. Tornando-se, por consequência, politicamente incapazes de obterem a compreensão intelectual necessária para a participação efetiva nas decisões da *pólis*.

Na democracia da Grécia antiga o consenso social da diferença e o espelhamento dessa realidade na própria estrutura do modelo político-administrativo era condição básica para a estruturação dos valores democráticos. Bem como para o engendramento de diretrizes sócio administrativas que refletissem a diversidade de valores e indivíduos, pré-existentes à concepção daquele modelo de sociedade. Portanto, a condição de indivíduo grego constrói-se especialmente a partir da alteridade quando reconhece no outro parte de sua complementação no sentido de construção de uma identidade grega, humana e, no caso em questão, cidadã (Vernant, 1985:31).

Como reflexo do modelo grego, a democracia brasileira contemporânea ampara-se na proposta de tolerância, respeito e inclusão do outro, ou paridade de opiniões de cada um; o que na teoria faz com que cada indivíduo componente desse todo seja alçado inadvertidamente à condição de cidadão, independente de sua etnia, classe social, ou grau de formação (Rancière, 2014).

Historicamente, essa democracia atende a interesses tradicionais de grupos dominantes, arraigados a valores e interesses consensuais com raízes no processo de colonização, potencializados por uma sociedade imperial censitária, com penetração nas instituições contemporâneas, nos valores e mesmo na cultura ampla da sociedade

brasileira (Bosi, 1992:16).⁴ Portanto, responde por um processo de continuidades, um somatório de intenções avessas ao reconhecimento objetivo e identificação processual das diferenças, que seriam capazes de então, reconhecidos, promoverem a equiparação no sentido compensatório, quando não, cidadão. Isso porque no sentido moderno, a individuação do homem democrático o toma como unidade e não como complexidade construída pela trajetória histórica.

Nesse sentido, podemos classificar a democracia brasileira de modo geral como plenamente avessa à alteridade social base *sine qua non* da natureza histórica do modelo democrático. Considerando a referência cultural grega para o senso apolíneo e suas manifestações cotidianas, essa democracia pode ser compreendida como tal, metáfora de ordem, de continuidade e manutenção do *status quo* (Nietzsche, 1972: 35-42). E, ainda, geradora de reflexão pessoal e reprodução social de aparência polida em consonância com o bom senso social, a regra, a classe. Devaneio entre a natureza empírica de sua composição múltipla e a realidade aparente de sua unidade. Nela, todas as manifestações que transcendam esse espaço pré-demarcado pela definição tradicional do possível, também dito como o correto, necessita ser remodelado, enformado para o moldar-se, conter-se, adequar-se aos padrões de uma democracia pré-estabelecida e não paritária. Assim, contextualmente, nela não cabem posturas adversas à ordem tradicionalmente vigente, ou simplesmente, que tragam à tona a representação da alteridade que, embora sua base não manifesta, precisa manter-se dissimulada no comedimento da condição cidadã.

O CASO EDUARDO SERRANO – MEMÓRIAS ADVERSAS

Em meio às lutas operárias da década de 40, chega a Macaé para se recuperar de uma enfermidade o Sr. Eduardo Serrano. Embora natural de Vila Velha (ES), onde nascera em 1910, Serrano trabalhava em Niterói como auditor fiscal do Tribunal Regional Eleitoral

4 Tomo aqui uma visão clássica para cultura, apropriada ao caso em questão: "Cultura é o conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos e valores transmitidos às novas gerações para garantir um estado de coexistência social".

do Rio de Janeiro. Com o fim de sua licença médica, foi aposentado e fixou residência na cidade. Era solteiro, tinha pele clara, aparentando uns cinquenta anos de idade. De estatura média, era muito falante e simpático, bom orador e com grande poder persuasivo.

Mesmo estando em Macaé, Serrano não perdera os contatos políticos que tinha na capital do Estado e, a partir daí, iniciou um trabalho pessoal de assistência social junto à população mais carente. Certidões de nascimento, carteiras de identidade eram graciosamente entregues aos requerentes. Grande conhecedor de leis e trâmites da justiça, atuava como rábula junto ao Ministério Público, sem cobrar nenhum honorário à nova clientela macaense. Dentre os atendimentos de toda ordem que prestava, destacou-se por dedicar-se às causas trabalhistas, sempre agindo em favor dos empregados. Tendo sido reconhecido por privilegiar as verdades dos clientes, sem se apegar aos interesses das partes patronais. Ações que consumiam a maior parte do que recebia de aposentadoria, sem nenhum prejuízo ao serviço que prestava.

Em 1947, Serrano fundou em Macaé o *Escritório de Assistência Social Eduardo Serrano*, no qual passou a fazer institucionalmente o atendimento da população macaense. Conseguiu o reconhecimento da municipalidade, de modo que o escritório fosse reconhecido como de utilidade pública municipal.

Numa cidade pacata de mais ou menos 40 mil habitantes, embora já perturbada pelo senso trabalhista dos ferroviários, a popularidade adquirida por Eduardo Serrano, com o apoio dos primeiros, passou a incomodar os políticos locais. A classe ferroviária ao apropriar-se dos direitos e deveres que lhes cabiam garantir através do processo de conscientização e do uso de sua força de trabalho, ativa ou em estado de greve, com base forte na esfera sindical, era a forma de interlocução encontrada pelo grupo, no sentido de apropriação de um espaço democrático, que necessariamente precisava se legitimar primeiro através das relações sociais, para então, apropriar-se do espaço político, que em seu ápice, configurava-se com as ações impregnadas de representatividade de classe de

dentro para fora da Câmara Municipal (Thompson, 1987).⁵ Embora sem que nenhuma ação efetiva tivesse sido posta em prática por Serrano, na visão política tradicional, seria impossível tanto devotamento sem que houvesse algum interesse ou formação de alianças ocultas. Ou mesmo o interesse mais óbvio, que seria a auto inserção política de Serrano, usando para isso do prestígio junto aos grupos mais pobres da cidade e o apoio dos ferroviários.



Figura 01 - Propaganda eleitoral de Eduardo Serrano - 1958.

(Acervo particular de Luiz Cláudio Bittencourt. Macaé, RJ).

⁵ Podemos pensar no processo de ruptura com os padrões impostos pela sociedade tradicional. Já que o sentido de pertencer ao algo novo, de gradativo sentido para os operários, produzirá automaticamente uma espécie de ruptura para geração de novos paradigmas. Quais sejam os balizadores da postura da categoria social, ou mais amplamente de classe, que se confrontará com os interesses de outros grupos opositores.

Forasteiro e com atitude diferenciada no seio da tradicional sociedade macaense, em anos eleitorais, os políticos se aproximavam de Serrano, já que o mesmo se configurava como um cabo eleitoral importante, conseguindo arrebanhar grande quantidade de votos para o candidato que recebesse o seu apoio. No entanto, a partir do momento que o próprio Serrano demonstrou suas primeiras pretensões políticas, os *donos do poder* perceberam o perigo que ele significava. O "Pai dos Pobres",⁶ se tornava uma ameaça aos ricos e poderosos de Macaé.

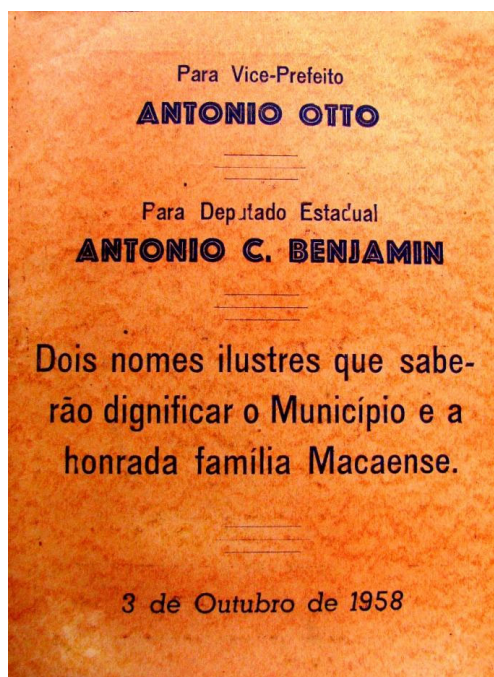


Figura 02 - Propaganda eleitoral para vice-prefeito e deputado estadual, em tempo que prefeito e vice podiam concorrer por partidos diferentes. (Acervo particular de Luiz Cláudio Bittencourt. Macaé, RJ).

⁶ Nomenclatura dada pela população macaense, provavelmente uma alusão à figura de Getúlio Vargas, que assim também fora chamado numa referência à implantação das leis trabalhistas no país.



Figura 03 - Campanha eleitoral de Eduardo Serrano à Prefeitura de Macaé. (Acervo particular de Luiz Cláudio Bittencourt. Macaé, RJ).

Em 1958, Eduardo Serrano define-se como pré-candidato a prefeito, mas não é aceito por nenhum partido local, tendo que fundar o PR (Partido Republicano) em Macaé. Mediante esse confronto político explicitado, configurando-se a chapa de Serrano com grande inserção nas áreas periféricas, começaram a ventilar, de forma pública e agressiva, uma possível homossexualidade de Serrano como impedimento ao cargo do Executivo. Momento no qual o apoio político estabelecido pela classe ferroviária foi fundamental para a manutenção de sua candidatura.

Embora nos anos 1950 a homossexualidade não fosse passível de punição pelo Código Penal Brasileiro, era comum a perseguição policial aos supostos homossexuais a partir de acusações de práticas de atentado ao pudor, vadiagem, ofensa à moral e aos bons costumes. A repressão estava centrada no padrão familiar heteronormativo, que legitimava todos os tipos de violência aos supostos homossexuais, podendo essas ações irem da imediata violência física até a processos mais complexos e engendrados, como a tramas política na qual Serrano fora envolvido (Silva, 2007).

Em suas *Histórias e Lendas de Macaé*, Armando Borges (1996) diz que, "*já conhecido na cidade como pederasta passivo, os seus casos amorosos foram difundidos de boca em*

boca, por pessoas que temiam um dia ter como chefe do executivo uma pessoa de tão baixo moral. A sociedade macaense não aceitava." Por outro lado, candidatos tradicionais na cidade, como Antonio Otto, que à época concorreu a vice; e Antonio Curvelo Benjamim, que concorreu a deputado estadual, levantavam a bandeira da "honrada família macaense" a ser protegida e dignificada por nomes ilustres, como os deles próprios. (figura 02)

Acostumada ao controle do poder e à representação política, a sociedade ilustre do centro da cidade e adjacências, não aceitava Serrano. No entanto, paradoxalmente, utilizando-se da concepção representativa da democracia e da necessidade de votos da periferia, também não representava os desejos e necessidades dessa população mais carente. Que, por conseguinte, não se sentia inserida na tradicional família macaense.

Nesse contexto, a opção pelo candidato Eduardo Serrano, como representação periférica, não esbarrava em sua suposta homossexualidade. Mas, configurava-se como esperança daquelas comunidades de se fazerem representar na política macaense por um candidato que, voluntariamente, atuara durante anos em benefício da população mais carente.

Dentre os grupos sociais que apoiaram Serrano, estava uma grande quantidade de ferroviários, especialmente os mais inseridos na conscientização da luta de classes adicionados da intenção de extensão de direitos básicos à maioria da população do município que vivia à revelia desses. Portanto, a possível eleição de Serrano poderia ser um basta, o romper com o modelo viciado de fazer política, baseado no uso durante e descarte do povo pobre logo após o processo eleitoral.

Realizou-se o pleito com o resultado inesperado: Eduardo Serrano ganhou as eleições para o executivo municipal. Para vice, embora de partido adverso, foi eleito Antonio Otto; enquanto para governador foi eleito Roberto Silveira, do PTB.

Segundo o Sr. Olinto Bordalo, português de Almendra, radicado em Macaé desde 1951, *"a eleição de Serrano foi algo excepcional. As disputas foram muito grandes, e naquele ano houve cinco candidatos à prefeitura de Macaé. Serrano teve maior quantidade de votos do que os 4 outros concorrentes juntos"*. Por possuir um bar em

frente à Praça Washington Luiz, praticamente à frente da então sede do Executivo, Sr. Olinto contou que,

a 'zebra' foi algo tão surpreendente que ele ganhou sozinho as apostas feitas no seu bar sobre o resultado das eleições. Tendo sido com o dinheiro da aposta a primeira oportunidade de voltar a Portugal desde sua chegada ao Brasil. Fazer a justiça criou a amizade de Serrano com os pobres, e a inimizade com os ricos e patrões.⁷

Naquele pleito, a Câmara de Macaé ficou composta da seguinte forma: Francisco de Assis Almeida Pereira, Jovelino Antonio Proença e Gê Sardemberg (UDN); Alcides Ramos, Lacerda Agostinho, José Machado Barcelos, Joaquim Lobo dos Santos e Itamar Abreu, do PSP; Joaquim Amaral Filho, Carolino Curvelo Benjamim, Antonio Manoel Cure e Bento Fidélis Rosendo do PTB, Roberto Mourão e Walter Quaresma pelo PSB, Manoel de Araújo Jatobá pelo PDC e apenas dois vereadores eleitos pelo partido do prefeito eleito, o Partido Republicano, Alcides Vieira e Luis Pinheiro. Assim sendo, Eduardo Serrano tomou posse em 1º de março de 1959 com forte oposição na Câmara.⁸

Dali em diante, a paz do prefeito cairia completamente por terra. E os problemas envolvendo sua gestão não parariam mais. A começar pela perseguição imposta pelo próprio governador eleito. Embora apoiado por Serrano na campanha, Roberto Silveira tinha interesses na eleição de um concorrente de Serrano, Gerson Miranda (Mirandinha), visto que o mesmo era neto de Tarcísio Miranda, que era político muito influente na região de Campos dos Goytacazes, e padrinho político do então governador.

⁷ **Entrevista concedida pelo Sr. Olinto Bordalo, 81 anos**, comerciante aposentado, que acompanhou todo esse processo de debates e disputas em seu antigo bar, na Praça Washington Luiz, defronte a sede da antiga Prefeitura. Entrevista concedida em 29 de novembro de 2013. In: CARVALHO, Meynardo Rocha de (org.). **Comércio e prosperidade**. Memórias, textos e documentos. Centenário da Associação Comercial e Industrial de Macaé. Macaé: Grafitusa, 2016.

⁸ Desse grupo, os vereadores Walter Quaresma e Alcides Vieira, e seus respectivos suplentes, viriam a ser cassados em abril de 1964, por membros da Câmara Municipal em consonância com o Golpe Militar. **Ata da Reunião Extraordinária realizada em 20 de abril de 1964**. Livro de Atas da Câmara Municipal de Macaé, 1964-1965. Macaé, 20 de abril de 1964. p. 55. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Macaé.

Naquela época, Macaé se sustentava principalmente pela arrecadação de poucos impostos, portanto, o que realmente garantia a viabilidade administrativa do município eram os repasses de verbas do Governo Estadual. Com o não repasse devido à falta de vontade política do governador Roberto Silveira, houve um grande impacto negativo no funcionalismo público, que não tinha como receber seus salários em dia. Fato que ao impactar o governo de Serrano, fragilizava sua administração, visto que a contrariedade da população era tomada a partir de acusações pessoais, com denúncias de pederastia do prefeito. Embora sem que nenhuma prova fosse apresentada.

Em julho de 1959, meses após a posse do prefeito, a Câmara Municipal de Macaé cria uma Comissão Especial para apurar irregularidades denunciadas contra Serrano, conforme relatório entregue em janeiro de 1960. A crise política foi tomando um corpo desproporcional, com reflexos diretos na administração do município.

Enquanto as investigações da Comissão continuavam, uma forte campanha que articulava opinião pública, jornal e rádio, visava a desmoralização completa e irreversível de Serrano. Para tanto, eram também usados alto-falantes pela cidade para que as sessões da Câmara, repletas de acusações contra o prefeito, fossem reproduzidas com alcance à população de uma maneira geral.

Ainda em dezembro de 1959, a situação se tornaria mais complicada, já que 12 pessoas foram chamadas a depor no processo interno contra Serrano. Nesses depoimentos, foram relatadas tentativas do prefeito de manter relações com guardas municipais que eram destacados a vigiarem sua casa, bem como foram relatados os próprios atos sexuais com alguns desses guardas.⁹

O recinto do Legislativo superlotado para prestigiar a histórica reunião e tomar conhecimento do mais fedorento processo conhecido até hoje, a começar da parte político-administrativa ao moral de seu dirigente (...) Para concluir com a parte moral,

9 Processo administrativo da Câmara Municipal de Macaé contra o prefeito Eduardo Serrano. Comissão Especial, ano 1959-60. **Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Macaé.** O processo é uma grande apanhado de denúncias, jornais, documentos e outras provas contra o prefeito, solicitando por fim o seu afastamento.

repleta de depoimentos estarrecedores e de monstruosidades e imundícies, que a Comissão de Inquérito, em sinal de respeito, andou bem em não unir em libreto para distribuição à Justiça, as autoridades e ao público como a coisa mais infecta que se tem conhecimento nesse mundo de Jesus Cristo.¹⁰

Com o processo aguardando julgamento na Justiça, a Câmara Municipal de Macaé propõe um recurso para afastar o prefeito imediatamente. Aproveita a ausência de Serrano da cidade que tinha ido a Niterói para tratativas financeiras de interesse do município, e recorre a três médicos conceituados na cidade, solicitando parecer sobre a pessoa do prefeito. Horas após, o parecer médico já era reconhecido como documento válido pelo Cartório do 2º Ofício, de propriedade do Sr. Elias Agostinho. O documento afirmava e reconhecia a incapacidade psíquica e física de Eduardo Serrano para gerir o município, devido a sua homossexualidade e impossibilidade de uma administração normal e harmônica. Foi a prova necessária para a cassação dos poderes do então prefeito, ainda no dia 19 de janeiro de 1960, assumindo então o seu vice, Antonio Otto de Souza.

A partir desse ponto, com a sociedade macaense completamente dividida, e a batalha judicial acirrada, estava posto um "cenário bélico" entre as forças conservadoras e historicamente controladoras da política local versus os eleitores de Serrano, ou os indivíduos com alguma reflexão imparcial, que percebiam a partir das inúmeras artimanhas, o jogo pela conservação do poder, custasse o que custasse.

Serrano impetra um mandato de segurança contra a Resolução da Câmara Municipal justificando todo processo ter corrido à sua revelia. Em 1º de setembro de 1960, Serrano ganha a causa e encaminha-se à noite para a prefeitura que se encontrava com as luzes cortadas, tendo que lá permanecer no trabalho à luz de velas. Embora legalmente de volta ao poder, as pressões políticas e investidas contra o seu mandato eram irreversíveis. Sociedades de classes encabeçadas pela Associação Comercial, que à

10 *Jornal O Rebate*. Macaé, 17 de janeiro de 1960. páginas 2 e 3.

época tinha enorme influência no município, já haviam dado entrada a um ofício assinado por várias dessas entidades, solicitando a apuração de irregularidades na administração Eduardo Serrano. Importa ressaltar que, àquele tempo, havia uma verdadeira simbiose entre os homens fortes do comércio e os cargos da Câmara.

Diante da pressão da sociedade, Serrano demonstra a possibilidade de renúncia se o seu vice também renunciasse. Já que o mesmo era ligado à Associação Comercial e Industrial de Macaé, e passou a ser um ponto de inserção dos interesses controladores da mesma no processo de *impeachment* que ia se construindo contra o prefeito. Depois de muitas disputas, pressões e negociações, o então presidente da câmara dos vereadores, Lacerda Agostinho (empresário próspero e vereador)¹¹, consegue convencer ao prefeito a renunciar o cargo junto com o vice Antonio Otto. Como pela lei brasileira, na ausência do prefeito e do vice assume o cargo o então presidente da Câmara dos Vereadores, aquilo pareceu uma artimanha muito favorável a Lacerda Agostinho. Que precisou então se comprometer com a renúncia de não ocupação do cargo também. Assim sendo, em 15 de setembro de 1960, o prefeito envia à Câmara um documento comunicando sua renúncia e a do vice-prefeito, valendo a partir do dia 21 daquele mês. O nome indicado para assumir a prefeitura foi o do vereador Alcides Ramos, proveniente do distrito de Quissamã, muito pouco conhecido em Macaé e, portanto, fora do imbróglio político que se tornara a sede do distrito. A partir do momento que a renúncia foi oficializada, o Governo do Estado liberou as cotas de subsídio municipal em atraso e a crise política, de certa forma, foi apaziguada em Macaé.¹²

A Câmara Municipal ainda investigou as contas da administração de Eduardo Serrano, mas segundo Orlando Tavares Dias, chefe da contabilidade à época, nenhuma irregularidade fora encontrada.

Embora estivesse eliminado o cidadão político Eduardo Serrano, a luta que ele representava no contexto sociopolítico não chegara com ele ao fim. Mas, ao contrário, o

¹¹ Empresário de sucesso em Macaé, Lacerda Agostinho era o dono da famosa Fábrica de Bebidas Lynce, que entre outras coisas, produzia o famoso refrigerante *Moranguito* e o histórico *Licor Pessegueiro*. Por muitos anos produtos simbólicos do Município de Macaé.

¹² **Entrevista do Sr. Francisco Agostinho, 79 anos**, comerciante, filho do Sr. Lacerda Agostinho e atual dono da Fábrica Lynce. Entrevista concedida em 20 de dezembro de 2013.

precedera e o sucederia ganhando forças em outros grupos sociais, mais bem categorizados como a classe dos ferroviários, que ao longo da primeira metade do século XX haviam conseguido estruturar a consciência cidadã e concentravam em si toda a representatividade de luta por direitos e defesa das classes oprimidas, simbolicamente representados no seu Sindicato, à Avenida Rui Barbosa nº 270, bem em frente ao imponente prédio da Associação Comercial (Raffestin, 1993: 144).¹³ Nesse sentido, no início dos anos 1960, a representatividade da eleição de um ferroviário para vereador na Câmara Municipal, deixara de representar apenas a inserção específica de sua classe de trabalho, mas transbordava-se na representação de todos os oprimidos macaenses, num imenso confronto de forças entre o tradicional e o novo; a continuidade e os direitos cidadãos. Assim, eleger um ferroviário ia muito além de uma questão personalizada no cidadão-candidato, mas sim na representatividade de classe, de poderes oblíquos.

Nesse cenário complexo construído em Macaé, as contradições continuaram a fazer história. No auge do movimento trabalhista encabeçado pelos ferroviários, enquanto sindicalistas ou sindicalizados eles eram odiados pela elite comerciante da Rua Direita (nome popular da Avenida Rui Barbosa), no entanto, eles continuavam sendo o arrimo financeiro da economia macaense, especialmente no que tange à parte comercial. Foram eles, os ferroviários, os responsáveis por impregnar da consciência de direitos a sociedade local, portanto, adentraram ao século XX na contramão da mentalidade de uma sociedade tradicional e elitista.

TRAGÉDIA, PODER E MEMÓRIA: POSSIBILIDADES DE COMPREENSÃO

Segundo Ecléa Bosi, "*a memória dos acontecimentos políticos suscita uma palavra presa à situação concreta do sujeito*"(Bosi, 1999:454). Portanto, identidade e memória são processos complementares, embora não necessariamente naturais. A leitura de si no contexto social e a condição de lembrança estão diretamente relacionadas desde que se estabeleça a transposição do indivíduo e a sua vinculação ao evento social de forma

¹³ Sobre a produção do território a partir das relações de poder que antes se estabelecem no espaço, para depois territorializarem-se.

parcial ou fragmentária, seja pelo aspecto afetivo, pela condição ideológica, de trabalho ou outra. O indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência. Portanto a memória é construída nesse grupo, embora seja também um trabalho do sujeito (Halbwachs, 2004: 58).

Memória e evento são pólos distanciados e contínuos atravessados por questões sociais subcutâneas, que colocam em risco todas as condições naturalizadas nas quais os indivíduos possam se encontrar tradicional e historicamente. Assim, pois, os interesses tradicionais que se impuseram contra Serrano, convergindo publicamente para sua desmoralização através do fazer lembrar e crer temporariamente, foram os mesmos que, amalgamados, trabalharam estrategicamente para o apagamento daquelas memórias. Já que o sentido da tradição tende a coadunar com relações de poder hegemônicas, embora dissolvidas em perspectivas culturais pelo tempo inocentadas (Lifschitz, 2015: 15).

Nesse sentido, as representações compreendidas enquanto processos culturais e de geração de sistemas simbólicos (Chartier, 1998) corroboram o sentido identitário não apenas por projeção de um passado selecionado e inscrito na concepção do valor de lembrança, mas pela instituição no ato do evento da geração de uma identidade imediata, ou quase isso (Silva, 2003:14); o que permitirá infiltrar-se na realidade individual ou coletivamente vivida para inscrever-se enquanto monumento político futuro, ou simplesmente, referência parcial e memorialística de quem forçadamente lembra (Le Goff, 1996: 535-545). Essa referência adicionada de valor e identidade, patrimonializada na concepção ética do indivíduo em espelhamento social, deixa de categorizar-se academicamente como representação da memória para consolidar-se, na prática, enquanto gerador de indivíduos e outras repetidas e consensuais opiniões (Abreu *et al*, 2003:25-33).

Nesse contexto de compreensão, numa clara conexão entre memória e história, importa questionar o valor da história enquanto referência de passado e perspectiva de futuro. Já que a tradicional história escrita ou monumentalizada na memória dos indivíduos quase sempre quebra a conexão com os eventos para registrar-se contingenciada pela perspectiva democrática moderna, mediada por um padrão amplo

de inclusão individual que ao identificar-lhe como cidadão, desconsidera seus aspectos identitários primevos. Tornando-o, portanto, inserido numa identidade social exteriormente construída da qual ele é primeiramente vítima, para só depois de mediado, tornar-se um agente histórico.

Nessa condição de mediado antes mesmo de ser agente, se é que poderíamos pensar um momento da história, um *illo tempore* (Eliade, 1992:84),¹⁴ no qual a condição de pureza se sobrepusesse à condição de mediação estabelecida pela vida em sociedade, pelo afeto de mãe, pelo referência de um lar em algum lugar do planeta, talvez a discussão sobre a razão de uma verdade social, quando não histórica, pudesse ser legitimada. Desconsiderando, porém, essa possibilidade, a história, a memória, o documento ou qualquer meio que leve à condição de lembrança, de guardar uma experiência eventual, tende a desnaturalizar-se para enquadrar-se na perspectiva social de verdades pré-estabelecidas em consonância com interesses de grupos detentores dos aspectos fomentadores dessas específicas e parciais lembranças. Assim, o que se tem gravado na memória e torna-se paradigma de comportamento para uma sociedade inteira, não necessariamente é a realidade, mas o registro desnaturalizado do que não se pode esquecer, ou melhor, do que se deve, no âmbito individual ou coletivo, lembrar (Nietzsche, 2007:27). Considerando que lembrar e esquecer são partes de um *continuum*, cabe aqui resgatar o avesso do sentido apolíneo sugerido como caracterizador da democracia brasileira, para levantar algumas características dionisíacas percebidas no trágico processo político-social cujo prefeito eleito de Macaé, Eduardo Serrano, e o que lhe constituía, ou supostamente o identificava, foram o epicentro do escândalo político ocorrido entre os anos de 1959 e 1960. Para isso, retomamos novamente o sentido de dois pólos complementares, ou mesmo o sentido de avesso, que só é possível existir a partir do seu anverso.

A sociedade macaense dos anos em questão, excludente e ordeira, como a tradição das cidades brasileiras de características semelhantes, vivia o fluxo ameno da vida pacata

14 Faço aqui referência ao tempo sagrado dos mitos, que teriam se passado em um tempo original do qual, primordialmente passaram a referendar as ações das sociedades primitivas constituindo-se enquanto verdade absoluta.

de um interior de país composto por mais ou menos dezessete mil habitantes, talvez algo um pouco a mais. Nesse contexto de normalidade, o simples estabelecimento na cidade de um forasteiro, profissional jovem, porém aposentado, que passa a dedicar-se a atender a população desatendida, sem nada cobrar por isso, se torna um motivo de admiração com forte gradação para a desconfiança e o espanto. Já que na realidade daquele período, o acesso às diretrizes que constitucionalmente qualificavam o indivíduo como cidadão, como por exemplo, o acesso aos direitos trabalhistas, não era uma realidade corrente no município. Efeito de um coronelismo perpetuado tanto pelos modos de produção baseados no campo, como pela mentalidade de um tempo lento, avesso às mudanças, plenamente alimentado por costumes sociais e vícios políticos potencializadores de amplas continuidades.

Lido pela cidade que o recebe, Serrano é o outro (Todorov, 2003:3), sem eira nem beira, sem tradição familiar, propriedades ou nome construído no cotidiano das tradições macaenses. É a encarnação da incerteza e da dúvida, porque assim como se fixa e estabelece de uma hora para outra na cidade, o que o prenderia nela? É um homem não referenciado numa terra em que o *fio do bigode* ainda caracterizava um elemento de honra, de respeito e moral.¹⁵ Tal como Dioniso errante, chega naquela Macaé e arrebatava uma imensa plêiade de admiradores nas periferias onde a exclusão histórica amenizava a rigidez dos padrões sociais valorativos permitindo que "*um outro diferente*" pudesse ser acolhido, especialmente quando esse era o portador de alguma bandeira de esperança e da representatividade de direitos (Vernant, 2000:144). Ainda que identificado com a periferia _ parte dialógica na composição da cidade _ tornava-se com ela expressão da alteridade vertical, acima da experiência cotidiana de uma suposta ordem escrita na tradição da normalidade. Embriagando pela esperança política democrática a crença numa nova ordem possível a partir de uma experiência fronteira e porosa com capacidade para potencializar o fluxo e não retê-lo como verdade pré-estabelecida.

15 A expressão pelo fio do bigode faz referência às tratativas entre cavalheiros que dispensavam documentos escritos, precedendo ao lacre, à assinatura ou a rubrica, e se baseavam na honra representada pelo fio de bigode trocado.

Dessa composição entre exclusão estática e identidade em fluxo, naquele cenário de democracia apolínea e euforia dionisíaca, estava posto o cenário para o desenrolar dos fatos e execução da tragicidade política experimentada através da disputa pelo poder representado pelas instituições municipais e a demarcação em ânimos e valores morais e corporais no comportamento cotidiano daqueles homens na cidade. Uma disputa trágica que dividia a Macaé em dois grandes lados adversos, qual seja, o da tradição política municipal há muito estabelecida; e a de uma nova ordem, entendida pelos primeiros como a barbárie, a desordem e o caos (Nietzsche, 1972:41).

Nesse sentido, nenhum ponto fraco melhor do que a homossexualidade poderia metaforizar a selvageria ou a barbaridade encarnada pelo então prefeito Eduardo Serrano. Mais uma vez, numa classificação social em consonância com a apreciação colonial, a suposta homossexualidade de Serrano aparece na apreciação dos seus inimigos políticos como "*monstruosidade e imundície*" tal como anotada nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707*, nas quais a prática da homossexualidade era considerada o hediondo pecado,

tão péssimo e horrendo, e tão encontrado com a ordem da natureza, e indigno de ser nomeado, que se chama nefando, em que não se pode falar, quanto mais cometer. Provoca tanto a ira de Deus que por ele vem tempestades, terremotos, pestes, e fomes, (...)

Portanto, ordenamos que se houver alguma pessoa tão infeliz, e carecida do lume da razão natural, e esquecida de sua salvação (o que Deus não permita) que se ouse cometer um crime, que parece feio até mesmo ao Demônio (...).¹⁶

16 *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado e do Conselho de Sua Majestade: propostas e aceitas em sínodo diocesano que o dito senhor celebrou em 12 de junho d 1707. São Paulo: na Typographia 2 de Dezembro, de Antonio Louzada Antunes. 1853. Pp. 331 e 332.

Mas é pelo aspecto da medicina, irrompido na Europa e no Brasil em torno da homossexualidade no século XIX, que Serrano seria afastado pela primeira vez de seu mandato público (Fry, 1985:61). A autoridade médica aliada aos interesses políticos, consumara-se na conceituação da incapacidade, baseada na avaliação parcial sobre a sexualidade do prefeito enquanto o documento registrado em cartório (cartório do vice-prefeito) tornara-se o portador definitivo da verdade, que por ser inconteste, dava abertura ao julgamento do impeachment do prefeito em viagem à capital do Estado em busca da liberação de recursos financeiros para o Município de Macaé.

ALGUMA CONCLUSÃO

Refletir sobre o curioso caso do impeachment do então prefeito Eduardo Serrano, embora numa Macaé de início dos anos sessenta do século passado, sem sombra de dúvidas nos faz repensar o modelo de democracia que ainda vivenciamos nos dias atuais, e a dialética entre passado e presente sobre o sentido de cidadania, tomando por referência as relações de poder.

Através da análise foucaultiana, na qual a capilarização do poder se estabelece em consonância múltipla e localização indefinida, é possível compreender o evento em questão tanto de uma maneira mais óbvia e evidente, quanto através da dissonância social, na qual a volúpia das relações estabelecidas em sociedade, com enraizamentos de há muito aprofundados, são definitivamente determinados a combater qualquer grave alteridade, antes de combater um suposto prefeito gay de Macaé. A potência desse combate não pode ser entendida como uma disposição exclusivamente organizada para aquele momento trágico da história local, mas fora gestada na ordem da tradição, à pecha da Colônia, numa concepção separatista entre o indivíduo e o outro, na qual a esse último não é permitido se amalgamar ao primeiro senão para a manutenção do seu *status quo*, porém nunca num diálogo de espelhamento-reconhecimento.

Desse desconhecimento mútuo, a ameaça que o outro gera é o elemento fundamental para a manipulação das instituições representativas de modo a não permitir

que, através delas, haja a geração de um novo tempo, no qual a fronteira ou a margem tomem o lugar do centro, desarticulando a ordem e recriando o microcosmo através de novos modelos de relações sexuais, socioculturais e políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.). (2003). *Memória e Patrimônio. Ensaaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- BORGES, Armando. (1996). *Histórias e lendas de Macaé*. Mimeografado.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade. (1999). *Lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras. Carvalho, Meynardo Rocha de (org.). (2016). *Comércio e prosperidade*. Memórias, textos e documentos. Centenário da Associação Comercial e Industrial de Macaé. Macaé: Grafitusa.
- CHARTIER, Roger. (1988). *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora.
- CONSTANT, Benjamin. (2008). *Da Liberdade dos Antigos comparada à dos Modernos*. Editora: LPM.
- Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). São Paulo: na Typographia 2 de Dezembro, de Antonio Louzada Antunes. 1853.
- ELIADE, Mircea. (1992). *O sagrado e o profano. A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes.
- FAORO, Raymundo. (2001). *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Globo.
- FONSECA, Eilton. (1996). *Estação Bendegó. Uma trilha das lutas dos ferroviários macaenses*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- FOUCAULT, Michel. (1996). *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FRY, Peter, MACRAE, Edward. (1985). *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural:Brasiliense.
- GOMES, Ângela de Castro. (2005). *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV.
- HALBWACHS, Maurice. (2004). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. (2007). *A genealogia da moral*. São Paulo: Centauro Editora.
- _____. (1972). *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Cia. das Letras.
- RAFFESTIN, Claude. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.
- RANCIÈRE, Jacques. (2014). *Ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). (2003). *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes.

- SILVA, Adriana Nunan do Nascimento. (2007). *Homossexualidade e discriminação: o preconceito sexual internalizado*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- THOMPSON, Edward P. (1987). *A formação da classe operária inglesa. A árvore da felicidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TODOROV, Tzvetan. (2003). *A Conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes.
- VERNANT, Jean-Pierre. (2000). *O universo, os deuses, os homens*. São Paulo: Cia. das Letras.

ANEXOS

Imagens 01 e 02 - Parecer médico - Processo de Impeachment do Prefeito Eduardo Serrano - (Acervo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Macaé).

PARECER

Os médicos abaixo-assinados diplomados na forma da lei, etc. residentes nesta Cidade, designados pela Câmara Municipal de Macaé para emitir parecer sobre a pessoa do sr. Eduardo Serrano, Prefeito Municipal, passam a responder as questões formuladas, de modo seguinte:

1ª Questão:—Tendo chegado, oficialmente, ao conhecimento desta Casa Legislativa, através de provas irrefragáveis, de que o sr. Eduardo Serrano é portador de uma acentuada perversão sexual, sendo um homossexualista inveterado, conforme certidões anexas, indaga-se, se tal perversão pode determinar em seu portador uma psicopatia, um estado mórbido no seu psiquismo? Resposta. Sim. De acordo com a opinião do ilustre Prof. W. Weygandt, como se vê em sua famosa obra, "PSIQUIATRIA FORENSE", 2ª Ed., p. 277, a perversão chamada homossexualidade ou o comércio sexual entre indivíduos de mesmo sexo, pode ser adquirida, por exemplo, ao iniciar-se uma enfermidade mental de tipo da paralisia, demência, etc. E mais adiante, assevera o mesmo autor que, além da homossexualidade adquirida existe outra, congênita, uma predisposição homossexual manifestada repetidamente na infância, etc."

"O homossexualismo quando inato, não depende de exemplo, de contágio, da falta de indivíduos do sexo oposto. Não depende de solicitações perversas e nem se evita com castigos, reprimendas, proibições e encarceragens. Ele independe de tudo isso e vicia apesar disso tudo. Nada o detém, coisa alguma será capaz de o reprimir. Até o próprio decore desaparece. A auto-crítica existe, mas a propulsão mórbida vence tudo e abafa todas as interesses, todos os pudores e vaidades. Até mesmo a honra parece sob a inevitabilidade do signo." (H.I. "Psico-Patologia, p.158/159).

Segundo AVRÂNIO PRIXOTO ("Medicina Legal", vol. II, 4ª ed., p. 206): "O caracter comum dessas perversões é que são todas dependentes de uma degeneração psíquica, mais ou menos pronunciada: muitas vezes não faltam nem os grossos estigmas que os denunciam. Por isso mesmo nem sempre essas espécies tem uma identidade própria e são misturadas de vários sintomas ou síndromes degenerativas."

2ª Questão:—Pela constante observação de suas atitudes na sociedade, pelos "altos e baixos", pela antipatia de seus atos, como, por exemplo: antes de ser eleito recebido todo mundo em sua casa, graças e trejeitos, com toda a familiaridade, e logo após a eleição, colocou, contra toda a tradição municipal, guardas nas portas para não permitir o acesso

escravidão, e contratou outros tantos logo em seguida; nomeou um número de guardas muito acima da autorização legal e depois demitiu toda a guarda, deixando a Cidade à mercê dos ladrões; nomeou numerosas professoras, em seguida, num só jato, demitiu 71 e sem pagá-las; estas fatos e muitos outros de mesmo jato, também da observação dos senhores peritos, inclusive os motivos pelos quais tem o referido paciente precipitado esta conduta em sucessivas crises, constituem elas sintomas de uma instabilidade psíquica?

Resposta: Sim. As subitâneas ascensões e quedas em apreço são reveladoras dum temperamento esquisitístico, com reações paradoxais e desproporcionadas. Possui ainda uma personalidade psicopática, conforme ensina KRAEPELIN, entre as quais incluiu o dito autor em excitáveis, os instáveis, e os impulsivos.

3º Quesito.- O sr. Eduardo Serrano apresentou-se, ainda relativamente moço, de serviço público. Determinou tal providência uma enfermidade que o incapacitou permanentemente para o exercício da função pública por nomeação.

Ora, esta incapacidade para o exercício da função pública por nomeação não deveria privá-lo também, "ipso facto", de exercer a função pública eletiva, isto é, o cargo de Prefeito?

Resposta: Sim. E com maior razão. Sem dúvida, as elevadas funções de Chefe de Poder Executivo são de molde a exigir mais penosos trabalhos, grandes esforços, e são funções de mais alta responsabilidade, envolvendo mais avultada soma de interesses coletivos, além de exigir diuturno contato com numerosos funcionários e administrados, circunstância esta que aumentaria de muito as inconveniências ao se tratar de doença contagiosa.

4º Quesito.- No caso de respostas afirmativas dos quesitos anteriores, reuniria o sr. Eduardo Serrano, em sua pessoa, as mínimas condições psico-físicas para exercer o cargo de Prefeito, normal e harmonicamente, sem prejuízos da coletividade?

Resposta: Não, de acôrde com as explicações e fundamentos já oferecidos com as respostas aos anteriores quesitos.

Marcé, em 19 de Janeiro de 1962. Conheço verdadeiramente...

a) Antônio Luiz de Almeida...

a) Gladys de Almeida...

Imagem 03 - Resolução de cassação - Processo de Impeachment do Prefeito Eduardo
Serrano –

(Acervo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Macaé).

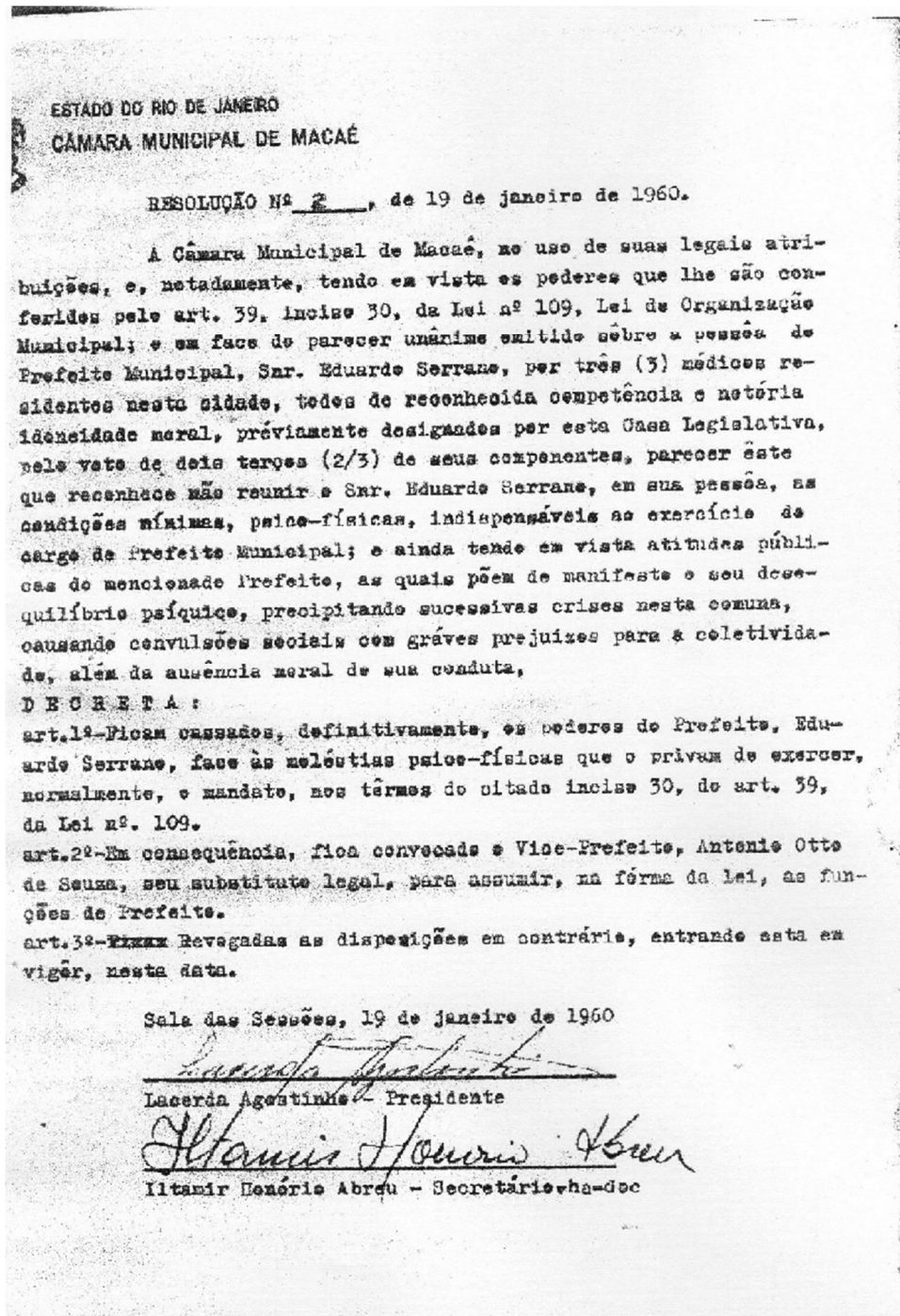


Imagem 04 - Documento de renúncia - Processo de Impeachment do Prefeito Eduardo Serrano - (Acervo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Macaé).

